

Curitiba, 30 de novembro de 2022

Excelentíssimos
Sr. Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente Eleito

Geraldo Alckmin
Vice-Presidente Eleito – coordenador do Gabinete de Transição

a/c

Senador Jorge Viana – Presidente do GT Meio Ambiente / Gabinete de Transição

Pedro Ivo Batista – relator do GT Meio Ambiente / Gabinete de Transição

meioambiente.transicao@presidencia.gov.br

protocolo.transicao@presidencia.gov.br.

Senhores,

Temos a satisfação de encaminhar a este Grupo Técnico de Meio Ambiente do Gabinete de Transição um elenco amplo e objetivo de recomendações, como parte de nossa contribuição e disposição de diálogo franco e permanente para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental do Brasil.

Fazemos tais contribuições em nome da Toxisphera Associação de Saúde Ambiental (Brasil), uma organização da sociedade civil, sem finalidades econômicas, com sede em Curitiba, PR, cuja missão é a defesa, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente ecologicamente equilibrado; defesa dos seres vivos e dos ecossistemas; defesa do uso racional dos recursos naturais na proteção da saúde e ao meio ambiente, construção de instrumentos legais para a gestão racional das substâncias químicas e resíduos, defesa da adoção e implementação de tratados e acordos internacionais nas áreas de saúde, meio ambiente e segurança química.

Nós atuamos diretamente na negociação do Tratado de Minamata sobre o Mercúrio desde 2006, e na sua implementação no Brasil e, também, no processo do SAICM – Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas, para 2030, e durante anos nós atuamos para implementar esses tratados no Brasil. Fomos também representantes da Sociedade Civil na Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), extinta em 2019 pelo governo atual. Acompanhamos as COPs das Convenções de Estocolmo sobre os POPs, Roterdã e Basileia (Convenções BRS).

Acreditamos que a reorganização das políticas públicas no Brasil é um passo essencial para a garantia da dignidade, dos direitos fundamentais do ser humano e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária, saudável e sustentável.

Através do Ministério de Relações Exteriores, o Brasil voltará a ser o grande protagonista no ambiente global, e poderá defender e assegurar a participação das ONGs nas reuniões do Grupo Latino-americano (GRULAC), principalmente naquelas negociações onde o meio ambiente, saúde, trabalho e direitos humanos são temas presentes. No momento em que o SAICM está perto de concluir o processo para 2030, e inicia a negociação do Tratado Global sobre a Poluição do Plástico, inclusive no Ambiente Marinho, é preciso que o Brasil deixe de ter um desempenho nulo na defesa de instrumentos robustos, e não seja indiferente (ou mesmo contrário) ao direito das organizações civis à participação nas reuniões regionais, como vem acontecendo nos últimos anos, reinaugurando a defesa ao pleno acesso da Sociedade Civil nas reuniões do GRULAC, e ao diálogo franco com as delegações brasileiras.

DESAFIOS E NECESSIDADES ATUAIS

- Necessidade de organização institucional para gestão de políticas públicas sobre Substâncias Químicas no organograma dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Saúde (MS) – reconhecendo a importância de atuar sobre a Poluição segundo a Tripla Crise Ambiental Global (Mudança Climática, Perda de Biodiversidade e Poluição);
- Necessidade de definição de orçamento anual para desenvolvimento de ações de gestão nacional de substâncias químicas e dos resíduos tóxicos;
- Necessidade de promover a formação e pesquisa adequada em substâncias químicas a partir de um processo democrático e participativo;
- Necessidade da produção de documentos técnico-científicos voltados à implementação de uma política e seu plano operativo na gestão de substâncias químicas;
- Necessidade de respeito e articulação com organizações não governamentais e movimentos sociais sobre uma gestão nacional de substâncias químicas que inclua a agenda do meio ambiente e da saúde humana;
- Necessidade de fortalecimento e evolução do monitoramento e avaliação dessa política, incluindo indicadores de custo-efetividade-eficiência, assim como seus potenciais impactos no meio ambiente e na saúde humana e animal;
- Necessidade de retomada das cooperações internacionais para o desenvolvimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e do SUS;
- Necessidade de retomada e reconstrução de uma agenda e conselhos, comissões e grupos de trabalho que respeitem a participação e o controle social;
- Necessidade da construção de projetos, programas, estratégias e ações coletivas com ONGs, Movimentos Sociais, Instituições de Ensino e Pesquisa, Sindicatos de Trabalhadores (CUT) na gestão nacional de substâncias químicas; e
- Necessidade de incentivo à participação social na implementação de Convenções Internacionais de Substâncias Químicas (Basileia, Roterdã, Estocolmo, Minamata, SAICM, e atualmente, negociação do Tratado Global dos Plásticos).

Propostas:

1. Garantir a destinação de recursos financeiros e de força de trabalho para assegurar a Política Nacional de Substâncias Químicas nas esferas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, tal como são praticados em diversas outras políticas e planos;
2. Criar os *Locus* institucionais para tratar das Substâncias Químicas nos organogramas dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Saúde (MS) que coordene a política nacional e apoie à implementação de convenções, programas e estratégias internacionais e regionais em todo o território nacional;
3. Institucionalizar e induzir processos de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas de Segurança Química;

4. Fomentar processos de formação de instituições públicas em Segurança Química (transversalidade);
5. Integrar a Política Nacional de Segurança Química com as demais políticas do MMA, do Ministério da Saúde, e Min. do Trabalho, IBAMA, ANVISA, Fiocruz e Fundacentro;
6. Fortalecer os mecanismos de controle e participação social sobre a Política Nacional de Segurança Química e dos mecanismos de implementação das Convenções Internacionais;
7. Fortalecer ações de banimento e redução do uso das substâncias químicas que impactam o meio ambiente e a saúde humana e animal, a partir das evidências científicas produzidas;
8. Fortalecer ações de conscientização e promoção da saúde e bem-estar das populações e dos trabalhadores impactados pelo ciclo de vida das substâncias químicas;
9. Financiar a agenda de pesquisa em substâncias químicas para fortalecimento da PNMA e do SUS;
10. Garantir e promover ações e recursos no âmbito da extensão universitária por meio de programas, projetos, eventos e cursos sobre o uso racional e sustentável das substâncias químicas;
11. Desenvolver, implementar e apoiar cooperações nacionais, regionais, internacionais e com organismos internacionais em substâncias químicas;
12. Desenvolver programas sobre o uso racional e sustentável das substâncias químicas com as ONGs, movimentos sociais e povos originários; e
13. Fortalecer e reativar (onde couber) os conselhos, comissões (CONAMA, Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ), os Conselhos municipais, distrital e estaduais de saúde na direção de formação de comissões com foco em substâncias químicas.

Na esperança de que tais contribuições sejam consideradas e acolhidas, reiteramos a disposição de dirigentes da Associação Toxisphera de Saúde Ambiental para manter diálogo, democrático e transparente, com interlocutores desse Gabinete de Transição e do Governo que se iniciará em 2023.

Atenciosamente,

Zuleica Nycz
Diretora
zuleica.nycz@gmail.com